



Demonstrações Financeiras

2013

# Éternit

A maior e mais diversificada indústria  
de coberturas do País



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2013

### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da ETERNIT S.A. ("Eternit" ou a "Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

### A COMPANHIA

A Eternit, fundada em 1940 e com registro em bolsa desde 1948, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país, com atuação nos segmentos de louças, metais sanitários e soluções construtivas.

A Companhia opera em todo o Brasil, com sede administrativa e showroom em São Paulo e 4 fábricas instaladas estrategicamente nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Também conta com suas filiais de venda e 3 empresas controladas: SAMA S.A. - Minerações Associadas - terceira maior mineradora de crisotila do mundo; Precon Goiás Industrial Ltda., que produz telhas de fibrocimento, com uma fábrica no Centro-Oeste; e Tégula Soluções para Telhados Ltda., empresa líder no segmento de telhas de concreto com 6 fábricas estrategicamente localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

O Grupo mantém showroom em São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.175, com objetivo de apresentar o seu portfólio à sociedade em geral.

A Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (CSC), *joint-venture* entre a Eternit e a Colceramica, empresa das Organizações Corona S.A. - multinacional colombiana com mais de 130 anos de atividades, se prepara para iniciar sua produção de louças sanitárias no Estado do Ceará em 2014.

Em 15 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou o projeto de implantação de uma unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos e materiais de construção na Cidade de Manaus, Amazonas, em linha com o Plano Estruturado de Expansão e Diversificação das atividades do Grupo Eternit.

consumo e desaceleração do investimento. Neste sentido, o BACEN aponta que o consumo continuará em crescimento, porém, em ritmo mais moderado e, no âmbito central, um ritmo de expansão da atividade relativamente estável no ano de 2014, em relação a 2013. De acordo com este cenário, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é de 2,3% e 1,9% para o PIB da construção civil em 2013.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), as vendas de materiais de construção no ano de 2013 apresentaram crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, abaixo da previsão de crescimento de 4,0% para 2013, devido, principalmente, ao resultado do mês de dezembro ter sido bem abaixo do esperado.

Para 2014, a ABRAMAT projeta um crescimento de 4,5% em relação ao ano de 2013, mas o atingimento desta previsão dependerá da ampliação dos estímulos do Governo ao setor da construção civil, manutenção do emprego, renda e oferta de crédito no mercado, aceleração das obras de infraestrutura e de recuperação mais vigorosa no segmento imobiliário.

A continuidade das obras dos programas governamentais como Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como os investimentos para os megaeventos esportivos e das obras complementares demandadas, indicam boas perspectivas para os próximos anos e favorecerão o setor da construção civil, no qual a Eternit está inserida, além da geração de emprego, distribuição de renda em função destas obras e dos estímulos dos bancos comerciais públicos e privados para a aquisição de materiais de construção, que impactam positivamente o crescimento da demanda por produtos de nosso portfólio.

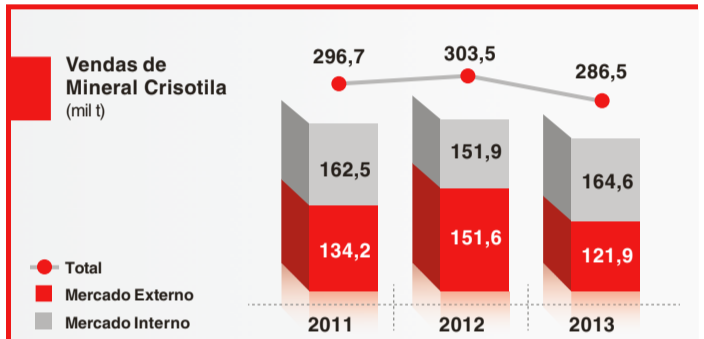
### DESEMPENHO OPERACIONAL

A demanda por crisotila permaneceu estável durante o ano de 2013, o que levou a Companhia a manter sua estratégia de operar em capacidade máxima na mineração. Na linha de produtos acabados, a produção acompanhou a demanda e a utilização da capacidade instalada foi, aproximadamente, de 80% no fibrocimento e 60% nas telhas de concreto.

#### Mineral Crisotila

Em 2013 as vendas totalizaram 286,5 mil toneladas, redução de 5,6% em relação ao ano de 2012. No mesmo período comparativo, o volume vendido no mercado interno cresceu 8,4% devido à competitividade do mineral nacional frente ao importado, que compensou a retração de 19,6% no mercado externo, em função do não embarque de parte do volume vendido ao exterior no mês de dezembro, devido à complexidade logística.

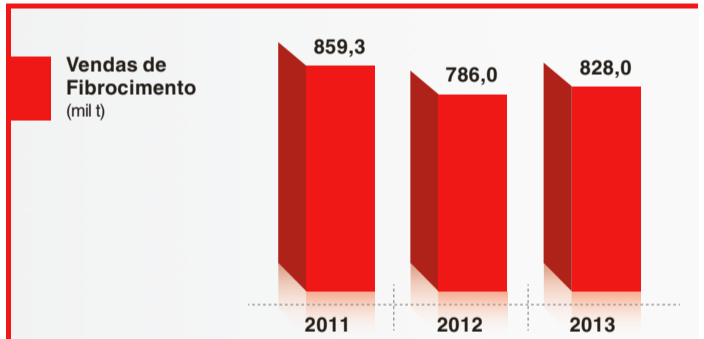
A Companhia foi responsável por 100% das vendas para o mercado brasileiro, em 2013, devido a sua estratégia de priorizar o abastecimento para o mercado interno e exportar o excedente. Com uma capacidade anual de 300 mil toneladas, a SAMA manteve sua participação de 15% no mercado mundial da crisotila.



#### Fibrocimento

No acumulado do ano de 2013, as vendas de fibrocimento, incluindo soluções construtivas, atingiram 828,0 mil toneladas, 5,4% superior ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, da alta competitividade destes produtos no segmento de coberturas.

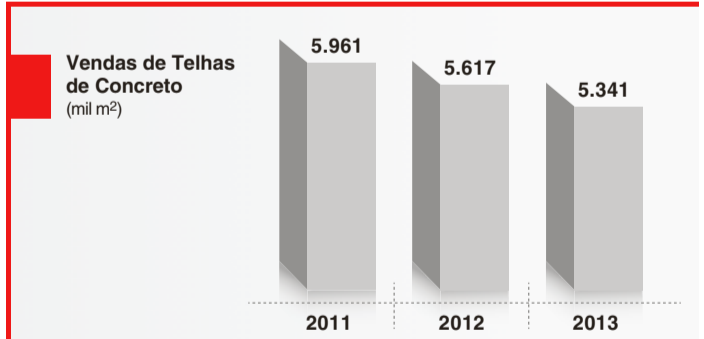
Com uma capacidade anual de um milhão de toneladas, a Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento, em 2013, com participação de 31%.



#### Telhas de Concreto

No ano de 2013 o volume vendido foi de 5.341 mil metros quadrados, 4,9% menor quando comparado a 2012, face a menores demandas no segmento de coberturas de alto padrão. A Tégula dispõe de um portfólio com mais de 30 linhas de produtos, sendo as telhas de concreto de maior representatividade.

Com uma capacidade anual de 10 milhões de metros quadrados, a Tégula manteve a liderança, no mercado brasileiro de telhas de concreto, em 2013, com participação de 30%.



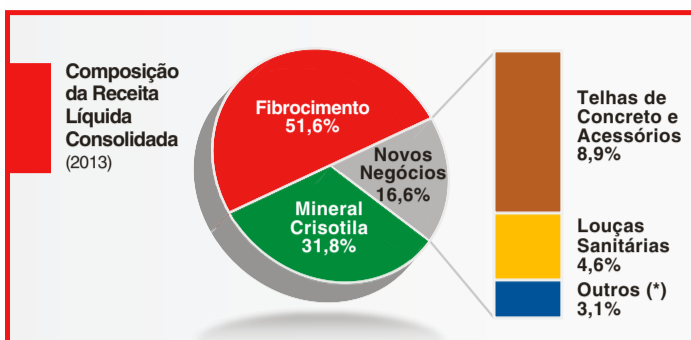
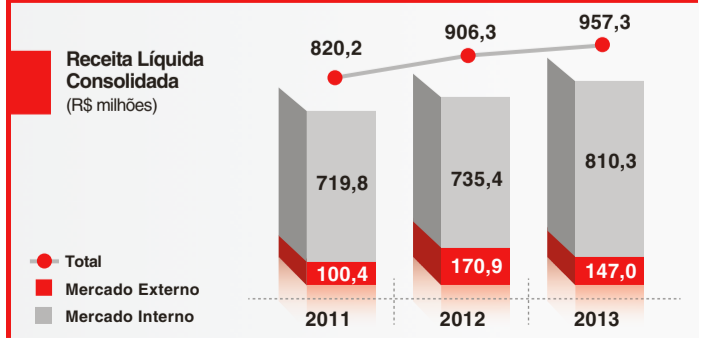
#### Outros Produtos

As louças sanitárias vêm se destacando no portfólio da Companhia. Sua controlada em conjunto, Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC), se prepara para iniciar a produção no Estado do Ceará. A Eternit já tem posição de destaque no segmento de louças, ultrapassando inclusive tradicionais *players*. Os demais produtos vendidos, porém numa escala menor, são metais para banheiros e cozinhas, assentos sanitários, telhas metálicas, dentre outros.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

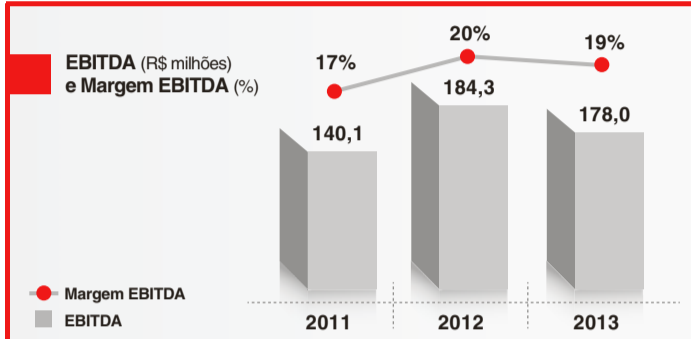
Em 2013, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 957,3 milhões, 5,6% maior que no ano de 2012. O bom desempenho se deu pelas vendas no mercado interno que totalizaram R\$ 810,3 milhões, um crescimento de 10,2% frente ao mesmo período de 2012, devido ao aumento na demanda por fibrocimento e mineral crisotila e, uma política comercial adequada. As vendas para o mercado externo somaram R\$ 147,0 milhões, retração de 14,0% em comparação a 2012, em função de um menor volume de vendas, principalmente o volume vendido e não embarcado de crisotila, que foram compensados parcialmente com aumentos de preços e valorização de 10,3% do dólar frente ao real (comparação entre *ptax* médio do período).



(\*) Outros: telhas metálicas, caixas d'água de polietileno, assentos e metais sanitários, filtros para tubulações de água e soluções construtivas.

#### EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA consolidado (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) em 2013 totalizou R\$ 178,0 milhões, redução de 3,4% com margem de 19%, retração de um ponto percentual em relação ao mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, dos menores volumes de vendas do mineral crisotila e telhas de concreto, além do aumento do custo dos produtos vendidos, maior que o da receita líquida consolidada.



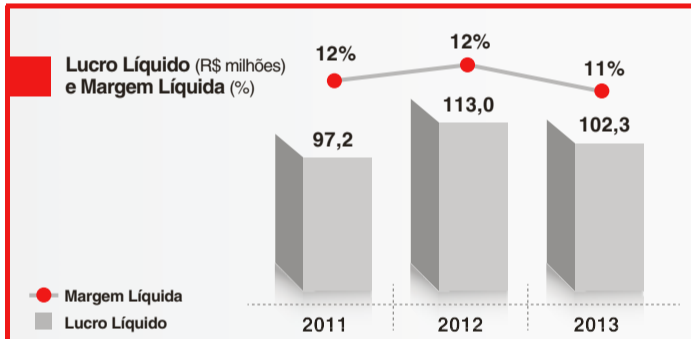
#### Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)

	2011	2012	2013
Lucro líquido	97.193	113.004	102.256
Contribuição social e imposto de renda	33.947	44.798	39.973
Resultado líquido financeiro	(13.839)	(2.249)	1.018
Depreciação e amortização	22.806	28.773	34.789
<b>EBITDA</b>	<b>140.107</b>	<b>184.326</b>	<b>178.036</b>

O cálculo do EBITDA está em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.

#### LUCRO LÍQUIDO

A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 102,3 milhões no ano de 2013, redução de 9,5% em relação a 2012, em função dos aspectos comentados no EBITDA. Como consequência, a margem líquida apresentou redução de um ponto percentual, encerrando 2013 com 11%.

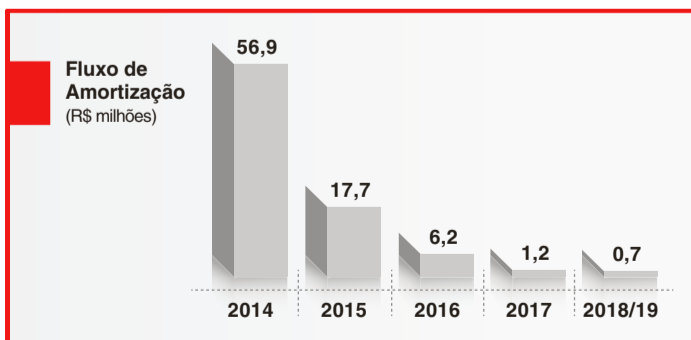
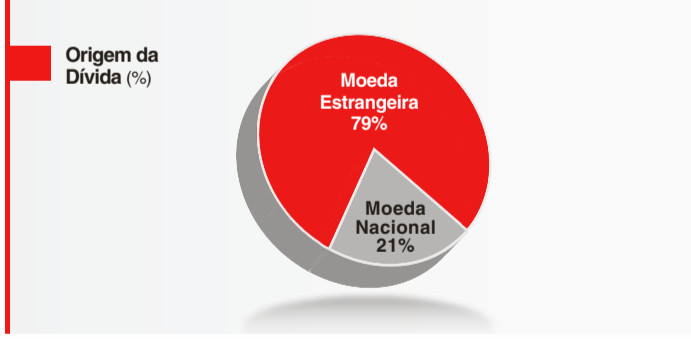


#### ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o ano de 2013 com uma dívida líquida positiva de R\$ 33,7 milhões. Em 2013, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somavam R\$ 82,7 milhões, principalmente, em função (i) das Antecipações dos Contratos de Exportações (ACE) para capital de giro; (ii) financiamento de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às suas operações pelo FINIMP (Financiamento de Importação) e FINAME (Financiamento de longo prazo para aquisição e produção de máquinas e equipamentos novos).

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 49,0 milhões, sendo que as aplicações financeiras são remuneradas com taxas médias de 103% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

	2011	2012	2013
Dívida Bruta - curto prazo	40.553	55.839	56.881
Dívida Bruta - longo prazo	7.891	24.107	25.799
Caixa e equivalentes de caixa	(42.333)	(16.656)	(13.295)
Aplicações financeiras de curto prazo	(26.588)	(78.930)	(35.661)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(20.477)</b>	<b>(15.640)</b>	<b>33.724</b>
EBITDA	140.107	184.326	178.034
<b>Dívida Líquida/EBITDA x</b>	<b>(0,15)</b>	<b>(0,08)</b>	<b>0,19</b>
Dívida Líquida/PL	-	-	6,7%

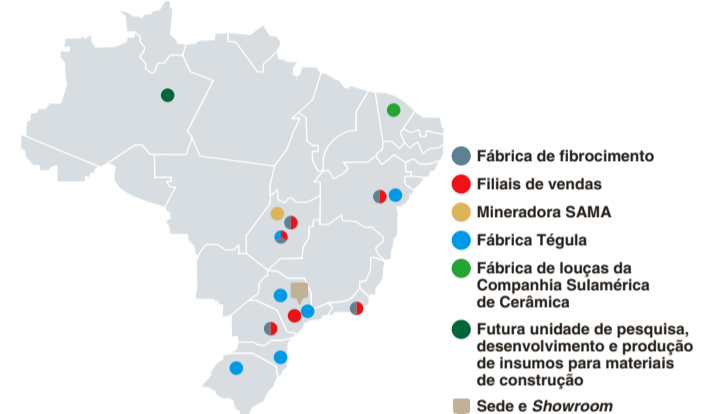


Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas.

#### INVESTIMENTOS

Em linha com o Plano Estruturado de Expansão e Diversificação, o foco dos investimentos da Companhia no ano de 2013 continuou na produtividade, na construção da primeira planta de louças sanitárias, na unidade multiprodutos, no Porto de Pecém (CE) e na instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus (AM).

No ano de 2013, os investimentos somaram R\$ 93,6 milhões, crescimento de 34,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo (i) R\$ 29,2 milhões à construção da fábrica de louças sanitárias; (ii) R\$ 12,7 milhões à instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção e (iii) R\$ 51,7 milhões à manutenção e atualização do parque industrial.



### SEGMENTOS DE ATUAÇÃO

O segmento de cobertura é um dos maiores mercados da construção civil no País, com uma demanda anual superior a 600 milhões de metros quadrados. As telhas de fibrocimento e telhas de concreto representam cerca de 50% deste mercado no qual a Companhia mantém a liderança, com participação em torno de 31% e 30%, respectivamente, para cada segmento.

A SAMA, mineradora de crisotila, tem uma participação mundial de 15% de um mercado com demanda mundial anual de 1,9 milhão de toneladas. A fibra de crisotila é a principal matéria-prima dos produtos de fibrocimento, e a estratégia da Companhia é priorizar o abastecimento do mercado interno, por ser mais rentável, e exportar o excedente de sua produção.

As louças sanitárias vêm se destacando no portfólio da Companhia e em 2014 será inaugurada a unidade produtiva da *joint-venture* (CSC) no Estado do Ceará. Em apenas cinco anos no segmento de louças a Eternit já tem posição de destaque, ultrapassando inclusive tradicionais *players*. A primeira fábrica de louças sanitárias terá capacidade produtiva anual de 1,5 milhão de peças e empregará cerca de 330 colaboradores diretos.

### ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

A Eternit acredita que para manter o ritmo de crescimento é preciso diversificar e inovar nos negócios. Para a Companhia, em um setor dominado por empresas monoprodutos, como é o brasileiro, tornar-se a primeira grande empresa diversificada com produtos e soluções do piso ao teto é a estratégia para manter a perenidade e a expansão dos seus negócios.

A Eternit registrou seu primeiro grande êxito neste sentido em 2010, ao aumentar a capacidade produtiva de suas plantas e ingressar em segmentos em que não atuava, como o de louças sanitárias e telhas de concreto, conseguindo alcançar seu objetivo de elevar o faturamento bruto de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão em apenas três anos.

Com o objetivo cumprido, a Companhia iniciou a segunda fase do seu plano que prevê a consolidação da Companhia como a mais diversificada indústria de materiais de construção do país, utilizando-se da força de sua marca e da capilaridade de sua rede superior a 16 mil pontos de venda.

O programa tem as seguintes diretrizes: (i) crescimento orgânico, com objetivo de aumentar as atuais capacidades para vender mais do mesmo; (ii) crescimento orgânico diversificado, com objetivo de incluir novos produtos no portfólio da Companhia, utilizando capacidade de terceiros ou desenvolvimento de produto e (iii) crescimento inorgânico, com objetivo de adquirir empresas do segmento de materiais de construção.

Confira abaixo as realizações do Programa Estruturado de Expansão e Diversificação:

#### Crescimento Orgânico:

- Aumento de capacidade no fibrocimento, de 650 mil para um milhão de toneladas.
- Aumento de capacidade na mineração, de 270 mil para 300 mil toneladas.
- Aumento de capacidade nas telhas de concreto, de 7,2 milhões de m² para 10 milhões de m².

#### Crescimento Orgânico Diversificado:

- Ingresso no segmento de telhas metálicas.
- Ingresso no segmento de louças e assentos sanitários.
- Ingresso no segmento de metais sanitários.
- Desenvolvimento de fibrocimento com fibras alternativas.

#### Crescimento Inorgânico/Greenfield:

- Aquisição da Tégula Soluções para Telhados.
- Construção da primeira planta de louças sanitárias, Companhia Sulamericana de Cerâmica, na unidade multiprodutos no Ceará, *joint-venture* entre Grupo Eternit e Colceramica.
- Implantação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção a ser instalada na cidade de Manaus.

### VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia construiu no mercado uma sólida imagem e uma estrutura altamente competitiva, com destaque para:

- Força da marca:** presente no Brasil desde 1940, a Eternit é sinônimo de seu principal produto.
- Portfólio de produtos:** *mix* de produtos mais diversificado do segmento, com opções do *standard* ao *luxo*.
- Relação custo benefício do produto:** o fibrocimento com mineral crisotila destaca-se pela excelente relação custo benefício.
- Localização estratégica das fábricas:** 11 unidades industriais localizadas em 4 regiões, muitas delas atuam como centro de distribuição, permitindo operar com prazo médio de entrega de 72 horas em qualquer ponto do País.
- Amplio canal de distribuição:** os produtos da Eternit estão disponíveis em mais de 16 mil pontos de venda espalhados por todo o Brasil, de revendedores e *home centers* a lojas de pequeno porte.
- Capacidade de investimento:** forte geradora de caixa, possibilitando a utilização de recursos próprios e de terceiros para investimentos.

### O ANO DE 2013

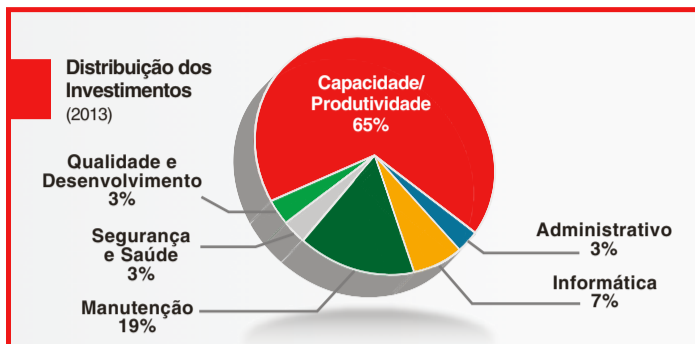
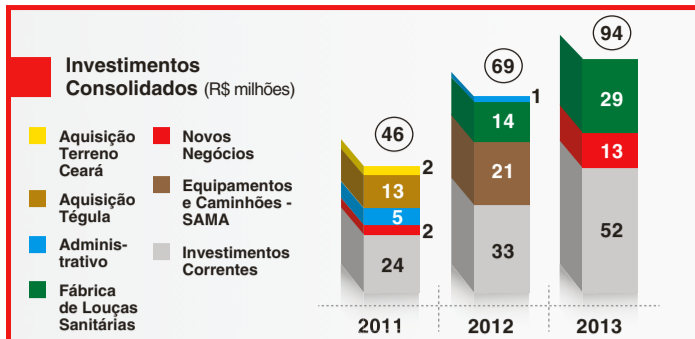
#### CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE ATUAÇÃO

Sobre a atividade global, os riscos para a estabilidade financeira permaneceram elevados, apesar de identificar baixa probabilidade de ocorrências de eventos extremos nos mercados financeiros internacionais. O comitê do Banco Central (BACEN) pondera que o ambiente externo permanece complexo, a economia global ainda enfrenta período de incerteza e mantém as perspectivas da atividade econômica global inalteradas, apesar das evidências apontarem taxas de crescimento, em economias maduras, baixas e abaixo do crescimento potencial.

No cenário interno, após aumento no ritmo da atividade e expansão da economia brasileira, a atividade recuou no segundo semestre de 2013, com crescimento do

...continuação

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2013



A previsão de investimentos para o ano de 2014 é cerca de R\$ 109,9 milhões, sendo R\$ 57,5 milhões para manutenção e atualização do parque industrial, R\$ 40,0 milhões para a instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus e R\$ 12,4 milhões de aportes para a planta de louças sanitárias, no Porto de Pecém (CE).

## VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 531,7 milhões, praticamente estável em relação a 2012. Deste montante, foram destinados 34,7% aos colaboradores, 32,6% aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições. Para os acionistas foram destinados 19,2% do valor adicionado gerado e 13,5% para a remuneração de capital de terceiro.

	2011	2012	2013
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>462.136</b>	<b>528.619</b>	<b>531.730</b>
Pessoal	158.710	175.636	184.431
Impostos, taxas e contribuições	170.303	172.130	173.547
Remuneração de capitais de terceiros	35.930	67.849	71.498
Remuneração de capitais próprios	97.193	113.004	102.254
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>462.136</b>	<b>528.619</b>	<b>531.730</b>

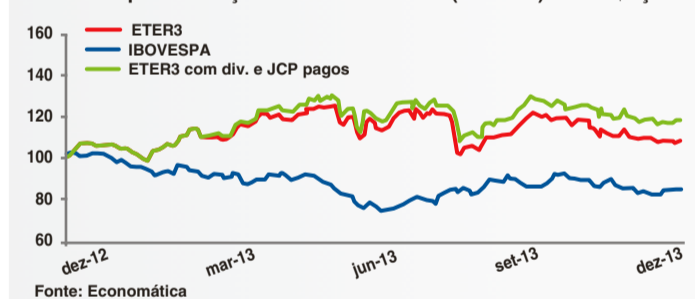
## MERCADO DE CAPITAIS

A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e, desde 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA, sob o código ETER3. A companhia também possui um programa de ADR nível 1 (*American Depositary Receipts*), desde maio de 2010, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos, sob o código ETNTY.

A cotação de R\$ 8,74 das ações da Eternit (ETER3) em dezembro de 2013 resultou em uma valorização de 7,9% quando comparado a dezembro de 2012. No mesmo período o IBOVESPA fechou em 51.507 pontos, uma desvalorização de 15,5%. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 782,2 milhões.

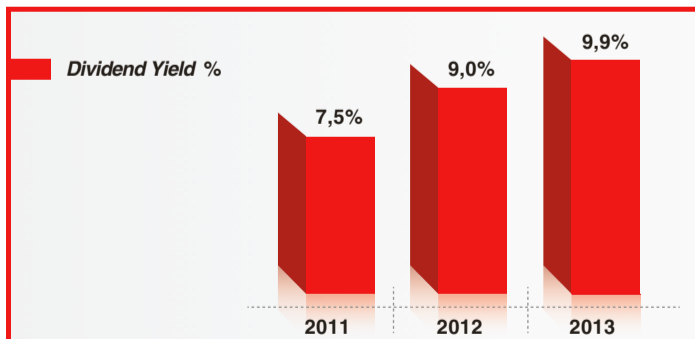
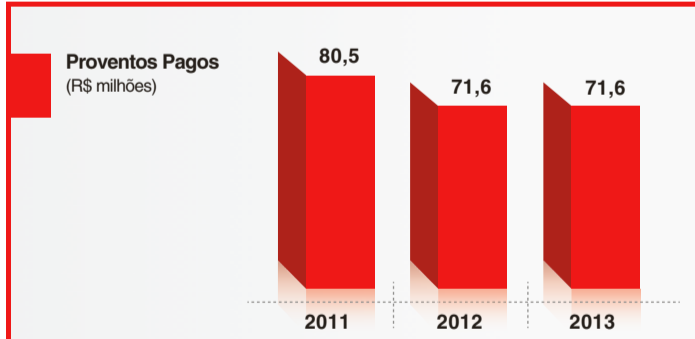
	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13
<b>Cotação de Fechamento (R\$/ação) - Sem proventos</b>	8,10	8,91	9,45	9,52	8,74
Volume Médio Diário (Qtde.)	146.497	95.939	139.741	85.218	64.923
Volume Médio Diário (R\$)	1.273.847	818.932	1.326.183	774.671	598.194
<b>ETER3 - Variação trimestral (%)</b>	-	10,0	6,1	0,7	(8,2)
<b>ETER3 - Variação nos últimos 12 meses (%)</b>	-	(3,6)	(14,0)	(2,9)	7,9
<b>IBOVESPA - Variação trimestral (%)</b>	-	(7,5)	(15,8)	10,3	(1,6)
<b>IBOVESPA - Variação nos últimos 12 meses (%)</b>	-	(12,6)	(12,7)	(11,6)	(15,5)
<b>Valor de Mercado (R\$ milhões)</b>	725,0	797,4	845,8	852,0	782,2

## Desempenho da Ação ETER3 x IBOVESPA (Base 100) - Cot. R\$/ação



## REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil, sendo uma das poucas empresas que concilia crescimento com dividendos. Em 2013, o *dividend yield* foi 9,9% e os proventos pagos foram de R\$ 71,6 milhões.



## GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com seu capital pulverizado, uma das maiores preocupações da Companhia é com a Governança Corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado, com destaque para a transparência e a equidade no relacionamento com seus *stakeholders*. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos.

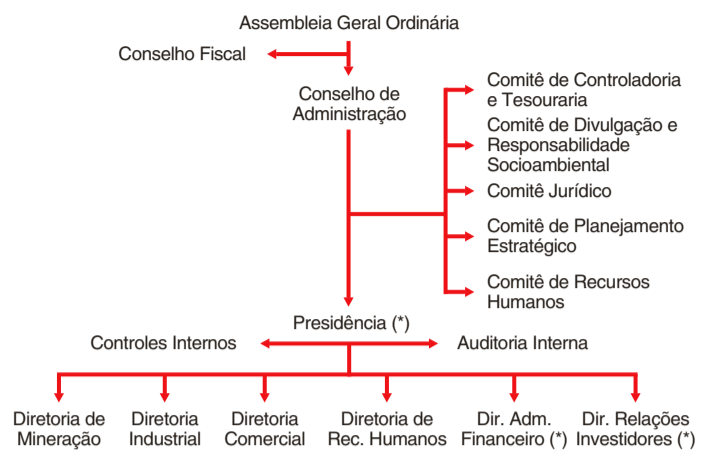
A adoção das melhores práticas supera as exigências legais e credenciou a Eternit a integrar, desde 2006, o Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. A qualidade dos produtos Eternit também está inserida nas práticas de governança corporativa, conforme reconhecimentos da ABRASCA, Prêmio de Melhor Relatório Anual, e IRGR, melhor governança corporativa da América Latina, nos últimos anos, dentre outras entidades.

Em linha com estas práticas de comunicação e transparência, a Eternit informa que em 31 de dezembro de 2013, seus Diretores detinham 1,11% das ações da Companhia.

Diferenciais da Governança Corporativa da Eternit:

- *Free float* acima de 80,0% do capital, quando o exigido pelo Novo Mercado é de apenas 25%.
- Prática de distribuição trimestral de dividendos.
- Composição do Conselho de Administração com 66% dos membros independentes, quando o regulamento do Novo Mercado determina o mínimo de 20%.
- Canal Fale com o Conselho, para contato direto com o órgão garantindo o anonimato de quem procurá-lo.

- Seis reuniões públicas realizadas em 2013, quando o Novo Mercado exige às empresas listadas apenas uma reunião anual.
  - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) desde 2007, uma das pioneiras entre as empresas de capital aberto no Brasil.
- A Eternit mantém uma estrutura de governança composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, cinco comitês de assessoramento, Diretoria e áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. Veja abaixo o organograma da Administração da Companhia vigente em 31/12/2013.



(\*) Acumula funções.

De acordo com o Guia das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as Companhias de capital aberto devem procurar facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, inclusive por meio de procuração, e pode fazer uso de tecnologias tais como assinatura eletrônica e certificação digital. Neste sentido, a Eternit implantou em 2010, a plataforma eletrônica da Assembleia na Web, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas nas assembleias da Eternit por meio da outorga de procuração.

A Eternit tem acionistas em todos os estados brasileiros, mais da metade fora do Estado de São Paulo, e nem sempre estes acionistas conseguem participar das assembleias. Desta forma, os acionistas terão esta facilidade e poderão, por meio de procuração eletrônica, deliberar sobre as matérias em discussão das assembleias da Companhia. A próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorrerá no dia 23 de abril de 2014. Para fazer o cadastro e participar das assembleias, acesse [www.eternit.com.br/ri](http://www.eternit.com.br/ri) ou [www.assembleianaweb.com.br](http://www.assembleianaweb.com.br).

## CONSELHO FISCAL

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 17 de abril de 2013, houve a instalação do Conselho Fiscal. O mandato é de um ano, válido até a próxima AGO, cujo funcionamento não é permanente. O Conselho Fiscal é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, que tem como principal responsabilidade fiscalizar a situação financeira da Eternit.

## CONSELHO CONSULTIVO

Em relação ao Conselho Consultivo, os candidatos indicados pela Administração, ao verificarem a solicitação de instalação do Conselho Fiscal por um acionista, entenderam que a Companhia está bem administrada e buscando não onerar a Eternit decidiram por bem declinar da indicação para compor o Conselho Consultivo. Sendo assim, conforme aprovado em AGO, o Conselho Consultivo permaneceu vago para o exercício social de 2013. O Conselho Consultivo é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, o qual a principal responsabilidade é opinar sobre os problemas importantes da Eternit.

## NOMEAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, em 21 de outubro de 2013, o Sr. Nelson Pazikas assumiu a Presidência em face do falecimento do Sr. Élio A. Martins. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de outubro de 2013, foi ratificado a nomeação. Também assumiu a Diretoria de Relações com Investidores nesta data.

O Sr. Nelson Pazikas também acumula os cargos de Diretor Administrativo Financeiro da Eternit, desde 2004, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Superintendente da Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC).

## RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Criada em 2004, a área de Relações com Investidores (RI) da Eternit tem como objetivo manter a transparência na prestação de contas e estabelecer um canal de diálogo com acionistas e investidores.

A Companhia realiza teleconferências com *webcasting* trimestrais, reuniões públicas, divulgação de *releases* e *fact sheets*, *roadshows* nacionais e internacionais e encontros individuais. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Eternit elevou o número de reuniões públicas e passou a fazer reuniões individuais com os acionistas pessoas físicas. Em 2013, a área realizou mais de 1.340 contatos com investidores, acionistas e interessados e mais de 110 reuniões, inclusive com investidores individuais.

A Eternit também passou a realizar as reuniões públicas em todas as regionais da APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) ampliando a comunicação com seus mais de 8.000 acionistas, localizados em todos os Estados brasileiros e também no exterior. Em 2013 foram realizadas seis reuniões públicas nas cidades de Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e Fortaleza (CE). Tal empenho foi reconhecido com a conquista, pela terceira vez consecutiva, do prêmio de Melhor programa de RI para investidores individuais, na categoria empresas *"small & mid cap"* pela *IR Magazine Awards Brazil 2013*.

## CAPITAL HUMANO

O Grupo Eternit encerrou o ano de 2013 com cerca de 2.500 colaboradores diretos. O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias e sucesso dos negócios e, por esta razão, a Eternit busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. A Companhia é reconhecida em diversas iniciativas de gestão de pessoas, sendo o esforço neste âmbito reconhecido pelo mercado: a Eternit e suas controladas foram listadas nos principais *rankings* de gestão de pessoas em 2013.

Os treinamentos vão desde a preparação da liderança até atualização técnica, com escolhas que aliam sempre as necessidades do colaborador com as da área e função exercida. Além dos treinamentos promovidos internamente, que são custeados totalmente pela Companhia, a Eternit proporciona também aos seus colaboradores bolsas de estudo em cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação.

Todas as empresas do grupo passam também por Pesquisas de Clima, as quais avaliam a satisfação dos colaboradores em relação a diversos itens, como políticas de Recursos Humanos, ambiente de trabalho e engajamento. As respostas a estas pesquisas são confidenciais e permitem à Companhia diagnosticar os pontos de melhoria e acompanhá-los com planos de ação estruturados.

A saúde e a segurança no trabalho são temas vitais para a Companhia, devido, principalmente, à natureza de seus negócios, que envolve o mineral crisotila. Por esta razão, a Eternit investe fortemente em medidas que superem as normas e diretrizes exigidas por Lei e órgãos públicos e setoriais. A fiscalização ou contribuição para o cumprimento de todas as normas de saúde e segurança cabe a comitês e grupos especiais. As unidades de fibrocimento e mineração contam com o Acordo Tripartite para uso seguro do crisotila, acordo este que é assinado por representantes da indústria de fibrocimento, trabalhadores, entidades de classe e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego.

## RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

O respeito aos colaboradores é uma das diretrizes da Companhia para garantir sua sustentabilidade, o que pode ser traduzido como assegurar a perenidade de seu negócio com rentabilidade, competitividade e respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social.

Para garantir uma gestão efetiva e transparente, a Eternit adota diretrizes claras para a conduta de seus colaboradores nos negócios e no relacionamento com públicos de interesse, respeitando padrões profissionais, regulatórios e internos. Estas diretrizes estão expressas no Código de Ética da Companhia, divulgado e fornecido a todos os colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia ([www.eternit.com.br/ri](http://www.eternit.com.br/ri)).

Além disto, estabeleceu em 2006 o Programa Excelência em Gestão (PEG), reformulado em 2012 para Programa Sistema Integrado (PSI), cuja política é baseada em diretrizes que asseguram a integração das ferramentas de gestão da Eternit e orientam suas atividades na busca por melhoria contínua nos âmbitos de saúde, segurança e meio ambiente.

As operações da Eternit, Precon e SAMA são certificadas pela ISO 14.001 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18.001 (Gestão em saúde e segurança do trabalho). A SAMA, inclusive, foi a primeira mineradora de crisotila no mundo a adequar-se às normas. O sistema de gestão ambiental adotado por todas essas unidades identifica e controla os aspectos ambientais em consonância com as legislações federal, estaduais e municipais e baseia-se na metodologia Análise de Modo e Efeito de Falha (FMEA), na sigla em inglês).

A Tégula, em processo de adaptação para a certificação ISO 14.001, integra desde 2011 o *Green Building Council* Brasil, entidade que dissemina práticas socioambientais e a certificação *Leadership in Energy Environmental Design* (LEED) no setor da construção civil.

A Companhia é signatária do Pacto Global, de combate à corrupção, e apoia as Metas do Milênio, ambas iniciativas da ONU (Organização das Nações Unidas). Garantir a sustentabilidade do negócio, para a Eternit, significa amparar sua atuação no tripé das dimensões econômica, social e ambiental. Confira abaixo, os principais projetos ambientais da Eternit e suas controladas:

## Biodiversidade

O Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Atibaia (SP), bem como na mineradora SAMA (GO). Utilizando como base as métricas adotadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), o total de áreas verdes mantidas pela Eternit equivale a 4.469 campos de futebol.

## Rejeito Zero

O consumo de materiais da Eternit é otimizado por meio de diversas iniciativas alinhadas ao conceito dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Nas unidades que produzem o fibrocimento, todo o material proveniente de quebra ou fora dos padrões de conformidade é moído e reaproveitado. Até mesmo o papel de escritório e as embalagens são utilizados na fabricação de telhas, ao invés de serem descartados. Iniciativas como estas fazem parte da política de rejeito zero.

Os eventuais resíduos, entre eles borras oleosas, feltros, mangueiras, pneus e sucatas metálicas são destinados corretamente por intermédio de empresas especializadas. Outros materiais recicláveis são coletados, desde 2006, pelo programa RECICLANIT e encaminhados às cooperativas e empresas de reciclagem. Na SAMA, o estéril é depositado em bancas para posterior recuperação e replantio da vegetação. Apenas uma pequena parcela do material é aproveitada pelo projeto Sambaíba, que produz peças artesanais a partir do estéril.

## Reutilização de Água

A água proveniente do processo produtivo é armazenada em tanques de decantação e, posteriormente, utilizada em um circuito fechado de reaproveitamento. Desta forma, ocorrem perdas apenas por evaporação e não há descarte de água nas unidades de fibrocimento. Já a água utilizada nas instalações administrativas passa pela Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da unidade a ser reutilizada na irrigação de áreas verdes. Em algumas unidades, há ainda iniciativas de captação de água da chuva.

## Projeto Quelônios

Em 1995, a SAMA implantou o Projeto Quelônios, uma parceria com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) para a conservação de espécies nativas de quelônios, como tartarugas da Amazônia, tracaçás, cágados, tigres d'água e jabutis. O objetivo é sensibilizar e conscientizar a comunidade acerca dos cuidados com o meio ambiente. Atualmente, 869 quelônios estão sob a tutela do programa, que compreende duas atividades complementares: o manejo da reprodução da tartaruga da Amazônia e a educação ambiental. Estabelecido numa área de 36 mil m<sup>2</sup>, trata-se do único Criadouro Conservacionista de Quelônios dentro de uma empresa no Brasil e é considerado padrão de referência para este tipo de iniciativa. Além de quelônios, o Projeto recebe de órgãos de proteção ambiental, como a Polícia Ambiental Estadual e o próprio IBAMA, outras espécies de animais silvestres para tratamento e reintegração ao meio ambiente, como araras, papagaios e macacos.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Eternit apoia iniciativas sociais locais que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades do entorno de suas unidades. Além de promover campanhas para doação de produtos, alimentos, brinquedos e contratar colaboradores locais, a Companhia destina, em alguns casos, recursos em espécie. Em 2013, os investimentos em prol da sociedade totalizaram R\$ 3,4 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior, em função do lucro líquido menor. Confira abaixo, alguns dos projetos sociais, patrocinados integralmente pela Eternit e suas controladas:

## Projeto Sambaíba

Promovido pela SAMA em Minaçu (GO) desde 2004, o projeto insere jovens carentes, sendo alguns deles portadores de deficiência auditiva, no mercado de trabalho. Oferece cursos de artesanato que utilizam como matéria-prima rochas estereis extraídas da mina, papel reciclado e fibras de bananeira. O artesanato e a coleta seletiva são as principais atividades desenvolvidas pelos cidadãos de Minaçu que participam deste programa.

## Programa Portas Abertas

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do mineral crisotila, da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável e das práticas de saúde e segurança. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades de fibrocimento do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa, considerado um dos maiores do mercado, já recebeu mais de 62 mil visitantes.

Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit ([www.eternit.com.br/portasabertas](http://www.eternit.com.br/portasabertas)).

## Apoio a Outros Projetos Sociais

A Eternit e suas controladas, por meio de parcerias com outras organizações, apoiam diversas iniciativas sociais. Conheça a seguir alguns dos projetos apoiados.

- **Fundação Dorina Nowill para Cegos:** Projeto de publicação e distribuição de livros em braille e falados da Fundação, voltado a bibliotecas e escolas de diversos municípios no país.
- **Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP):** Projeto de conservação de seu acervo de 7,8 mil obras e 60 mil livros raros especializados em história da arte.
- **Projeto de Inclusão Cultural - Instituto Olga Kos:** Projeto com o objetivo de proporcionar a crianças e jovens com síndrome de *down* a inclusão cultural por meio da arte. Ao término, o artista plástico selecionará as obras e confeccionará um livro a ser comercializado, e parte dessa renda é revertida à própria instituição.
- **Bienal São Paulo:** Projeto de exposição de arte contemporânea que reúne obras de aproximadamente 100 artistas do Brasil e do mundo.

## MINERAL CRISOTILA

## Questão Jurídica

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêm.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proíbem a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contêm amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

## Ações Cíveis Públicas

- 1) Em 9 de agosto de 2013, o Ministério Público do Trabalho no Estado de São Paulo ajuizou nova Ação Cível Pública (processo nº 0002106-72.2013.02.0009) contra a Companhia, na qual são discutidos os mesmos fatos e objeto da Ação Cível Pública, ajuizada em 2004, (vide ação abaixo, item 2). A ação foi distribuída à 9ª Vara do Trabalho de São Paulo. Embora os fatos e objeto das antigas e atuais ações sejam idênticos, nesta atual ação existem alguns distintos pedidos, entre os quais o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Paralelamente, em 4 de outubro de 2013, a ABREA também ingressou com uma Ação Cível Pública (processo nº 0002715-55.2013.5.02.0009) distribuída por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo, por tratar dos mesmos fatos questionados nas ações acima.

A Companhia interps no STF uma reclamação (RCL), autuada sob o nº 16637, com vistas a discutir a competência para julgamento das ações. Em 13 de dezembro de 2013, o STF, por meio de seu relator, suspendeu, em caráter cautelar, as duas ações cíveis públicas citadas acima e que tramitam na Justiça do Trabalho de São Paulo (SP) contra a Eternit, bem como determinou a suspensão da eficácia das decisões já emanadas nos autos até o julgamento final da Reclamação nº 16.637, pelo STF.

- 2) Cumpre esclarecer que já havia sido ajuizada, em 2004, Ação Cível Pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (processo nº 000.04.043.728-0), que versava sobre os mesmos fatos e com o mesmo objeto da ação acima citada, em relação à unidade de Osasco, cujas atividades encerraram-se em 1993. A ação foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que por meio de seus julgadores consideraram que a Eternit cumpria rigorosamente a legislação referente à segurança e saúde dos funcionários, conforme determinado pela Lei Federal 9.055/95, Decreto 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Em setembro de 2013, tornou definitiva a decisão favorável à Companhia.

A Companhia reforça sua crença na Justiça brasileira e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento destas ações.

## HOMENAGEM A ÉLIO A. MARTINS

Com grande pesar o Grupo Eternit comunicou o falecimento, em 20 de outubro de 2013, de seu Presidente, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Élio A. Martins. A empresa agradece pelos 38 anos de permanente dedicação. Durante este período, sua atuação foi fundamental para que a Eternit se tornasse uma das mais importantes empresas de materiais de construção do Brasil.

Sua visão de futuro, sua conduta ética e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país, bem como, da própria Companhia, valores que o acompanharam durante sua trajetória empresarial e pessoal, tornam-se exemplos ainda mais importantes de reconhecimento e premiação por sua atuação, a frente da Presidência do Grupo Eternit desde janeiro de 2000, nas áreas de Mercado de Capitais e Comercial, bem como, das entidades que atuava como Vice-Presidente do SINAPROCIM - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento e do SINPROCIM - Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo; Diretor do IBC - Instituto Brasileiro do Crisotila; Membro do COSEMA - Conselho Superior de Meio Ambiente da FIESP/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Membro do Conselho Consultivo da ADIAL - Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável e Membro do LIDE - Clube de Líderes Empresariais.

continua...

...continuação

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2013

Sua falta será profundamente sentida por todos Colaboradores, Acionistas, Clientes, Fornecedores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia. Além de um importante líder, sua alma corajosa e justa sempre motivou a todos, seja em períodos de vitória ou nas horas de superação. O Grupo Eternit perdeu seu grande líder, mas ficaram a inspiração, ensinamento e valores que, sem dúvida, direcionam todos a continuar o seu legado.

## RECONHECIMENTOS

As diversas premiações colecionadas nas últimas sete décadas, desde a sua fundação, mostram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2013 as empresas do Grupo Eternit conquistaram vários prêmios importantes nas áreas de Governança Corporativa, Relações com Investidores, Recursos Humanos, Marketing e Produtos. Para conhecer os prêmios, acesse [www.eternit.com.br](http://www.eternit.com.br), [www.sama.com.br](http://www.sama.com.br), [www.precongoias.com.br](http://www.precongoias.com.br).

Estes reconhecimentos credenciam a Companhia para a realização de seu projeto de Expansão e Diversificação.

## PERSPECTIVAS

A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2014 é de 2,3% e incorpora a expectativa de ritmo de expansão relativamente estável da economia brasileira, em comparação a 2013, bem como os progressos adicionais dependem do fortalecimento da confiança de empresas e famílias. O setor de construção civil é um dos impulsores do desenvolvimento econômico do país, o qual envolve a própria indústria de construção, de materiais de construção e seus fornecedores, além dos serviços ao longo da cadeia, gerando emprego e renda no país. O Governo Federal tem ampliado os investimentos em habitação, saneamento básico e infraestrutura, pois investir na construção civil significa incentivar um setor que muito contribui para o desenvolvimento da economia brasileira. Este cenário deverá se repetir para os próximos anos e para 2014 a projeção de crescimento do PIB da construção civil é de 2,6%, segundo o Banco Central.

Para o setor de materiais de construção, em 2014, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) projeta um crescimento de 4,5% em comparação ao ano de 2013, considerando a continuidade dos estímulos do Governo ao setor da construção civil, a manutenção da renda e do emprego, além da oferta de crédito no mercado.

O Brasil tem um grande déficit de moradias, estimado em 6,9 milhões pela Fundação João Pinheiro, composto por famílias que ocupam moradias precárias, que são oneradas excessivamente com aluguel, e pela coabitação familiar que representam mais de 70% do déficit habitacional no país. Segundo estudos efetuados pela

empresa americana de consultoria *Booz Allen Hamilton* para o setor, 77% das unidades habitacionais produzidas no Brasil são em regime de auto-gestão, uma vez que 72% do déficit estão concentrados em famílias com até três salários mínimos, em que não há atuação expressiva das construtoras.

A geração de emprego, a melhora na distribuição de renda, o aumento dos financiamentos, dos investimentos em infraestrutura e das unidades habitacionais a serem construídas para o programa Minha Casa, Minha Vida, ajudarão a resolver o problema das moradias a qual impactará positivamente os negócios da Companhia, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio destinados, principalmente, à construção autogerida.

Com base no Programa Estruturado de Expansão e Diversificação, a Eternit se prepara para ser a mais diversificada indústria de materiais de construção do país. A primeira fase deste programa consolidou a Eternit como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país em 2010 e sua capacidade de inovar e desenvolver diferenciais permitiu-lhe dobrar seu faturamento. A Companhia inicia então, um novo ciclo para ser a mais diversificada indústria de materiais de construção do Brasil, utilizando-se da força de sua marca e da capilaridade de sua rede de mais de 16 mil pontos de revenda.

O Programa tem as seguintes diretrizes: (i) crescimento orgânico, com objetivo de aumentar as atuais capacidades para vender mais do mesmo; (ii) crescimento orgânico diversificado, com objetivo de incluir novos produtos no portfólio da Companhia, utilizando capacidade de terceiros ou desenvolvimento do produto e (iii) crescimento inorgânico, com objetivo de adquirir empresas do segmento de materiais de construção.

Em 2014, ocorrerá a inauguração da primeira fábrica de louças sanitárias na unidade multiprodutos no Ceará, joint-venture entre Grupo Eternit e Colceramica, empresa das Organizações Corona, multinacional colombiana. Esta fábrica terá uma capacidade inicial de 1,5 milhão de peças/ano.

A Administração considera importante levar em consideração o atual quadro da economia brasileira, como o baixo crescimento do PIB; as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura e valorização do câmbio, bem como os novos desafios que surgirão em 2014 que podem impactar os projetos de investimentos no Brasil, além da geração de empregos e distribuição de renda, como: (i) novas manifestações de ruas; (ii) Copa do Mundo e (iii) eleições presidencial e governamental. Independentemente dos desafios, a Eternit acredita no crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que está inserida.

Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes com seu Plano de Expansão e Diversificação, a Companhia concentrará

esforços em 2014 na consolidação dos investimentos de Fortaleza e da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus (AM). Em função da evolução do cenário econômico, a Companhia poderá atuar na direção do crescimento orgânico, para aumentar a capacidade de produção da linha de fibrocimento e na busca de oportunidades de aquisição de empresas de materiais de construção, em linha com a estratégia do crescimento inorgânico.

## CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

## RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. Os serviços de consultoria e suporte contratados dos nossos Auditores Independentes, no decorrer do exercício de 2013, não apresentaram riscos de independência.

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Independentes referentes às mesmas.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores [www.eternit.com.br/ri](http://www.eternit.com.br/ri) e/ou contate a equipe de RI [ri@eternit.com.br](mailto:ri@eternit.com.br).

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2013; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do país.

São Paulo, 17 de março de 2014.

**A Administração**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012			31/12/2013	31/12/2012		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.516	3.852	13.295	16.656	Fornecedores	13	22.444	30.417	39.293	48.968
Aplicações financeiras	5	9.897	48.612	35.661	78.930	Partes relacionadas	10	7.243	8.281	-	-
Contas a receber	6	69.774	79.158	160.389	177.982	Empréstimos e financiamentos	14	8.944	1.519	56.881	55.839
Estoques	7	85.833	81.925	141.944	127.560	Provisões e encargos sociais	15	12.980	17.310	28.009	34.938
Impostos a recuperar	8	16.542	11.167	19.648	13.881	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.981	18.133	17.881	18.133
Partes relacionadas	10	31.615	21.648	9.780	-	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.174	1.645	3.861	2.926
Outros ativos circulantes		4.734	4.439	9.226	11.022	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	12.226	11.801	34.015	36.932
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>227.911</b>	<b>250.801</b>	<b>389.943</b>	<b>426.031</b>	Outros passivos circulantes		4.934	2.344	13.142	10.358
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>88.826</b>	<b>91.450</b>	<b>193.082</b>	<b>208.094</b>
Depósitos judiciais		8.819	6.640	15.536	13.047	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	8	22.219	21.114	25.022	24.534	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	23.710	18.263	34.527	30.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.037	19.994	55.112	51.820	Empréstimos e financiamentos	14	14.368	7.266	25.799	24.107
Partes relacionadas	10	9.723	7.214	2.018	-	Partes relacionadas	10	29.108	27.252	-	-
Investimentos	9	247.729	221.916	36.032	13.029	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	25.115	22.657	54.659	51.116
Imobilizado	11	149.425	123.060	279.064	252.457	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.697	7.285	9.432	8.139
Intangível	12	4.584	2.514	28.676	26.040	Provisão para remonte da mina	31	-	-	9.726	8.201
Outros ativos não circulantes		490	440	2.229	3.162	Outros passivos não circulantes		-	-	278	910
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>467.026</b>	<b>402.892</b>	<b>443.689</b>	<b>384.089</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>99.998</b>	<b>82.723</b>	<b>134.421</b>	<b>122.492</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>694.937</b>	<b>653.693</b>	<b>833.632</b>	<b>810.120</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
						Reserva de capital		19.672	19.388	19.672	19.388
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		155.807	126.055	155.807	126.055
						Outros resultados abrangentes		(3.443)	-	(3.443)	-
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		506.113	479.520	506.113	479.520
						Participações acionistas minoritárias		-	-	16	14
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>506.113</b>	<b>479.520</b>	<b>506.129</b>	<b>479.534</b>
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>694.937</b>	<b>653.693</b>	<b>833.632</b>	<b>810.120</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	23	508.525	469.922	957.301	906.317
Custos dos produtos vendidos	24	(372.752)	(331.498)	(575.877)	(509.603)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>135.773</b>	<b>138.424</b>	<b>381.424</b>	<b>396.714</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	24	(59.097)	(54.546)	(116.734)	(113.263)
Gerais e administrativas	24	(41.895)	(45.019)	(97.804)	(105.066)
Remuneração da Administração	24	(12.802)	(11.383)	(15.545)	(14.078)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	3.293	(2.842)	(1.871)	(8.223)
Resultado da equivalência patrimonial	9	76.267	89.392	(6.223)	(531)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(34.234)</b>	<b>(24.398)</b>	<b>(238.177)</b>	<b>(241.161)</b>
Despesas financeiras	26	(18.692)	(8.748)	(48.553)	(36.757)
Receitas financeiras	26	16.887	9.496	47.535	39.006
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(1.805)</b>	<b>748</b>	<b>(1.018)</b>	<b>2.249</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>99.734</b>	<b>114.774</b>	<b>142.229</b>	<b>157.802</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes	20	472	1.174	(41.489)	(44.261)
Diferidos	20	2.048	(2.944)	1.516	(537)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>102.254</b>	<b>113.004</b>	<b>102.256</b>	<b>113.004</b>
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>					
Acionistas não minoritários		102.254	113.004	102.254	113.004
Acionistas minoritários		-	-	2	(1)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>102.254</b>	<b>113.004</b>	<b>102.256</b>	<b>113.003</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$</b>	18.c	<b>1,14</b>	<b>1,26</b>	<b>1,14</b>	<b>1,26</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	684.554	631.126	1.219.671	1.159.627
Outras receitas		316	127	47.128	48.955
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(402)	(566)	(945)	(965)
<b>TOTAL</b>		<b>684.468</b>	<b>630.687</b>	<b>1.265.854</b>	<b>1.207.617</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(341.573)	(336.167)	(545.593)	(523.053)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(114.669)	(90.900)	(194.915)	(161.998)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.541)	(7.271)	(7.541)	(7.271)
Outros descontos, abatimentos e doações		(3.632)	(931)	(4.762)	(3.926)
		(467.415)	(435.269)	(752.811)	(696.248)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>217.053</b>	<b>195.418</b>	<b>513.043</b>	<b>511.369</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	11/12	<b>(11.075)</b>	<b>(11.184)</b>	<b>(34.789)</b>	<b>(28.773)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>		<b>205.978</b>	<b>184.234</b>	<b>478.254</b>	<b>482.596</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado da equivalência patrimonial	9	76.267	89.392	(6.223)	(531)
Receitas financeiras	26	16.887	9.496	47.535	39.006
Outras		8.868	8.864	12.164	7.548
		102.022	107.752	53.476	46.023
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>308.000</b>	<b>291.986</b>	<b>531.730</b>	<b>528.619</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>308.000</b>	<b>291.986</b>	<b>531.730</b>	<b>528.619</b>
Pessoal:					
Remuneração direta		55.689	54.806	115.990	112.991
Benefícios		31.376	27.695	57.793	53.571
FGTS		6.689	5.349	10.648	9.074
		93.754	87.850	184.431	175.636
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		60.318	56.129	125.006	123.215
Estaduais		23.532	18.947	46.460	47.603
Municipais		1.468	1.030	2.081	1.312
		85.318	76.106	173.547	172.130
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		18.692	8.748	51.314	36.016
Aluguéis		7.982	6.278	20.184	31.833
		26.674	15.026	71.498	67.849
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	48.851	47.509	48.851	47.509
Juros sobre o capital próprio	18	22.726	24.068	22.726	24.068
Lucros retidos	18	30.677	41.427	30.677	41.427
		102.254	113.004	102.254	113.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>102.254</b>	<b>113.004</b>	<b>102.</b>	

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados				
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012</b>	<b>334.251</b>	<b>18.513</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>16.223</b>	<b>19.863</b>	<b>49.394</b>	-	-	<b>438.093</b>	<b>13</b>	<b>438.106</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	113.004	-	113.004	1	113.005
Constituição de reservas	-	852	-	-	5.650	5.650	29.275	(41.427)	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:												
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,269 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(24.068)	-	(24.068)	-	(24.068)
Dividendos - R\$ 0,531 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(47.509)	-	(47.509)	-	(47.509)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>334.251</b>	<b>19.365</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>21.873</b>	<b>25.513</b>	<b>78.669</b>	-	-	<b>479.520</b>	<b>14</b>	<b>479.534</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	102.254	-	102.254	2	102.256
Constituição de reservas	18	-	754	-	5.113	5.113	19.697	(30.677)	-	-	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Destinação do lucro líquido:												
Reversão reserva subvenção investimento	-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(641)	-	(641)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,254 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$ 0,546 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(48.851)	-	(48.851)	-	(48.851)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>334.251</b>	<b>19.649</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>26.990</b>	<b>30.630</b>	<b>98.187</b>	-	<b>(3.443)</b>	<b>506.113</b>	<b>16</b>	<b>506.129</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro.
- A controlada Sama S.A. Minerações Associadas ("Sama"), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de crisólita do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do mineral crisólita, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.
- A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula") possui seis fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios para telhados.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon") possui uma fábrica em Anápolis no Estado de Goiás e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
- A controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel"), localizada em São Paulo no Estado de São Paulo, tem como principal objeto social a participação em empresas industriais e comerciais.
- A controlada Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, não possui atividade econômica.
- As controladas Wagner Ltda. ("Wagner") e Wagner da Amazônia Ltda. ("Wagner da Amazônia"), localizadas em São Paulo no Estado de São Paulo, não possuem atividade econômica.
- A controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., localizada na cidade de Caucaia no Estado do Ceará, tem como principal objetivo social a importação, industrialização, comercialização, exportação e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
- A controlada Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda., localizada em Manaus no Estado de Amazonas, tem como principal objetivo social realizar pesquisas e desenvolvimentos de insumos para materiais de construção.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo estão descritos na nota explicativa nº 27.

## Questão Jurídica do Amianto

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisólita e dos produtos que o contêm.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proíbem a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contêm amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

## 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2014, para divulgação em 17 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BF GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, composta por Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS's, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

## 2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas minoritários, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia e demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo grupo.

## 2.3. Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou a reclassificação da rubrica partes relacionadas do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 8.281 no saldo de 31 de dezembro de 2012.

## 2.4. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

## 2.4.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

## 2.4.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito dos acionistas de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

## 2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

## 2.6. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

## 2.7. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. No exercício de 2013 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$ 2.737. Em 2012 o montante de custo com empréstimo não foi relevante.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

## 2.8. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais não reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

## 2.9. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

## 2.10. Tributação

## 2.10.1. Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## 2.10.2. Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 20).

## 2.10.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 20b). Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

## 2.11. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo. Periodicamente essa vida útil-econômica é revisada e seus efeitos são ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Quaisquer ganhos ou perdas eventuais na venda ou baixa de um item do imobilizado (diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício que o ativo for baixado.

## 2.12. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

## 2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.14. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

## 2.15. Provisões

## Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## 2.15.1. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

## 2.15.2. Provisão para remonte da mina

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

## 2.15.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.16. Ajuste a valor presente

Os saldos de contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC acumulada até 31 de dezembro de 2013 como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras e Despesas financeiras" nas demonstrações do resultado.

## 2.17. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

## a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

## i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

## ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados ao valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

## iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

## i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os passivos financeiros não derivativos classificados ao valor justo por meio do resultado.

## ii) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro 2013, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

## 2.18. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos

...continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas (vide nota explicativa nº 18).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

**2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.21. Normas, alterações e interpretações de normas****2.21.1. Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2013**

• IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Companhia adotou o IFRS 10 que estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• IFRS 11 - Acordos em conjunto

O IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 11 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. O principal efeito decorrente da adoção do IFRS 11 é o fim da consolidação proporcional, fato que não afeta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

O IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo

Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos dos IFRS's em um único pronunciamento. O IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• Alterações à IAS 16 - Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques. A adoção desse IAS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados

Eliminação do enfoque do corredor, sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. O impacto da aplicação da referida norma não teve efeito relevante sobre os valores anteriores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)

Como consequência das recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

• IAS 28 - (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado.

Como consequência das recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 28 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

**2.21.2. Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.**

• IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões do IAS 32

Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto relevante sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo.

• Entidades de Investimento (Revisões do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com o IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. O Grupo não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

• IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O Grupo não espera que o IFRIC 21 provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

• IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão do IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade do hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. O Grupo não espera que essa revisão provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

**2.21.3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2015.**

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. O IFRS 9 exige a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Administração do Grupo avaliou os impactos do IFRS 9 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo pretende adotar as normas descritas nas notas explicativas 2.23 e 2.24 acima quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações do Grupo e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

**3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS**

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

**3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura**

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o

ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ágio.

	Consolidado	
Controlada:	31/12/2013	31/12/2012
Sama	16.559	16.559
Tégula	3.436	3.436
	<b>19.995</b>	<b>19.995</b>

**3.2. Vida útil dos bens do imobilizado**

O Grupo possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil. Periodicamente são realizadas as revisões dos valores recuperáveis e das estimativas de vida útil. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

**3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

**3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 21. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração do Grupo acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados**

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

**3.6. Provisão para remonte da mina**

A controlada Sama segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A controlada possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	9.516	1.801	11.100	3.585
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	-	2.051	2.195	13.071
	<b>9.516</b>	<b>3.852</b>	<b>13.295</b>	<b>16.656</b>

Durante 2013, as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% durante 2012), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos (i)	9.897	31.873	35.661	62.191
Fundos de Investimentos temporários (ii)	-	16.739	-	16.739
	<b>9.897</b>	<b>48.612</b>	<b>35.661</b>	<b>78.930</b>

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remuneradas pelas taxas médias de 103% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2012).

(i) São de aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

(ii) Essas aplicações têm como objetivo principal financiar os investimentos em ativos imobilizados ou para futuros investimentos da Companhia. O valor é definido conforme plano de investimento da Companhia.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mercado interno	73.487	82.728	112.241	124.241
Mercado externo	(432)	-	55.521	61.228
(-) Ajuste a valor presente	-	(328)	(1.362)	(969)
	<b>73.055</b>	<b>82.400</b>	<b>166.400</b>	<b>184.500</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)
	<b>69.774</b>	<b>79.158</b>	<b>160.389</b>	<b>177.982</b>

As despesas com a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber são contabilizadas no grupo de "despesas com vendas".

**Composição do saldo de clientes por idade de vencimento**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	65.939	75.208	146.010	162.284
Valores vencidos:				
Até 30 dias	2.362	3.569	10.538	13.094
Entre 30 e 60 dias	1.283	225	2.654	1.480
Acima de 60 dias	190	156	1.187	1.124
	<b>69.774</b>	<b>79.158</b>	<b>160.389</b>	<b>177.982</b>

**Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(3.242)	(2.832)	(6.518)	(6.470)
Adição	(782)	(572)	(1.482)	(1.546)
Reversão	380	6	497	581
Baixa	363	156	1.492	917
<b>Saldo final</b>	<b>(3.281)</b>	<b>(3.242)</b>	<b>(6.011)</b>	<b>(6.518)</b>

Resumo da composição dos investimentos:

	Controladora							
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	Sama	CSC	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	(738)	20.221	8.058	91.752	36.032	71.787	4.058	231.170
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(738)</b>	<b>20.221</b>	<b>8.058</b>	<b>108.311</b>	<b>36.032</b>	<b>71.787</b>	<b>4.058</b>	<b>247.729</b>

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	Sama	CSC	Tégula	Wagner	Total
<b>Em 01 de janeiro de 2012</b>	-	<b>15.694</b>	<b>7.866</b>	<b>102.116</b>	-	<b>53.752</b>	<b>4.059</b>	<b>183.487</b>
Dividendos	-	(7.927)	(1.896)	(62.958)	-	-	(104)	(72.885)
Juros sobre o capital próprio	-	(640)	-	(5.158)	-	(2.839)	-	(8.637)
Equivalência patrimonial	-	10.451	1.851	73.183	(531)	4.333	104	89.391
Constituição de controlada em conjunto	-	-	-	-	13.560	-	-	13.560
Aporte de capital	-	-	-	-	-	17.000	-	17.000
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	-	<b>17.578</b>	<b>7.821</b>	<b>107.183</b>	<b>13.029</b>	<b>72.246</b>	<b>4.059</b>	<b>221.916</b>
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	-	200	-	-	29.226	-	-	29.426
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	-	<b>(738)</b>	<b>20.221</b>	<b>8.058</b>	<b>108.311</b>	<b>36.032</b>	<b>4.058</b>	<b>247.729</b>

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 36.032 (R\$ 13.029 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas em 31 de dezembro de 2013:

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	Sama	Tégula	Wagner
Ativo circulante	199	26.068	5.539	130.856	32.394	3.825
Ativo não circulante	125	13.004	5.307	121.505	64.526	1.802
Passivo circulante	1.062	15.292	2.787	252.140	96.723	8
Passivo não circulante	-	3.557	-	55.395	10.731	1.554
Patrimônio líquido	(738)	20.223	8.059	96.312	71.793	4.065
Participação proporcional	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,85%
Valor contábil do investimento	(738)	20.221	8.058	96.310	71.787	4.058
Receita operacional líquida	-	68.236	-	385.347	85.355	-
Custo dos produtos vendidos	-	(47.022)	-	(188.242)	(58.837)	-
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	(538)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(938)	10.694	2.889	70.304	(459)	(1)
Atribuível à:						
Participação da Companhia	(938)	10.694	2.889	70.302	(459)	(1)

**7. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	41.554	35.082	72.551	59.957
Produtos semi-acabados	-	-	2.116	2.757
Revenda	9.751	20.862	14.698	26.005
Matérias-primas	29.854	22.117	31.142	21.110
Materiais auxiliares	5.091	3.864	22.789	18.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

## a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa anual de juro atuarial real	6,32%	3,50%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	1,00%
Taxa anual de inflação projetada	5,80%	5,20%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	GAM83

Em 31 de dezembro de 2013 ocorreu a mudança na taxa de mortalidade decorrente da alteração da taxa de sobrevivência do grupo populacional beneficiário.

## b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	2.174	1.645	3.861	2.926
Não circulante	23.710	18.263	34.527	30.019
	<b>25.884</b>	<b>19.908</b>	<b>38.388</b>	<b>32.945</b>

## c) Despesa líquida com benefício em 2013 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	2.482	3.049	3.590
Benefícios pagos	(2.209)	(2.499)	(4.209)	(3.933)
<b>Despesa líquida com benefício</b>	<b>(396)</b>	<b>(17)</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(343)</b>

## d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2012	22.380	32.372
Custo dos juros e serviços corrente	2.482	3.590
Benefícios pagos	(2.499)	(3.933)

Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2012

	Controladora	Consolidado
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)

Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013

	Controladora	Consolidado
	21.967	30.869

## e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2013

	Controladora	Consolidado
01 de janeiro de 2013	20.413	34.330
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
Subtotal incluído no resultado	1.813	3.049
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)
Ajustes de experiência	5.866	5.219
Subtotal incluído em outros resultados abrangentes	5.866	5.219
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>25.884</b>	<b>38.388</b>

Em 31 de dezembro de 2012 não foram reconhecidos por mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano e nos custos dos serviços passados o valor de R\$ 2.041 na controladora e R\$ 3.433 no consolidado.

## f) Análise de sensibilidade

	Controladora					
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquido	25.884	24.021	28.119	25.884	28.138	23.913
<b>Variação</b>		<b>(7,20%)</b>	<b>8,64%</b>		<b>8,71%</b>	<b>(7,61%)</b>

	Consolidado					
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquido	38.388	35.846	41.420	38.388	41.459	35.712
<b>Variação</b>		<b>(6,62%)</b>	<b>7,90%</b>		<b>8,00%</b>	<b>(6,97%)</b>

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

## g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dentro dos próximos 12 meses	2.174	1.931	3.861	3.539
Entre 2 e 5 anos	2.015	8.101	4.215	13.038
Entre 5 e 10 anos	1.947	3.070	3.374	6.246
Após 10 anos	19.748	6.806	26.938	10.122
	<b>25.884</b>	<b>19.908</b>	<b>38.388</b>	<b>32.945</b>

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 334.251, estava representado por 89.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
Composição acionária	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	7.866	54.545.407	6.745	54.404.983
Pessoas jurídicas	97	1.619.554	91	1.752.168
Pessoas residentes no exterior	146	11.422.700	131	9.732.774
Clubes, fundos e fundações	131	21.882.973	177	23.580.709
	8.240	89.470.634	7.144	89.470.634
Ações em tesouraria	-	29.366	-	29.366
	<b>8.240</b>	<b>89.500.000</b>	<b>7.144</b>	<b>89.500.000</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

## b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 257 (R\$ 288 em 31 de dezembro de 2012).

## c) Resultado por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação (equivalente ao IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Efeito da diluição		
Lucro líquido do exercício atribuível aos minoritários	102.254	113.004
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	89.470	89.470
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,14	1,26

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

## d) Dividendos

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro 2013 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 17 de abril de 2013	10/05/13	12.168	0,136
RCA (*) de 07 de agosto de 2013	28/08/13	12.168	0,136
RCA (*) de 23 de outubro de 2013	13/11/13	12.079	0,135
RCA (*) de 12 de março de 2014	02/04/14	12.436	0,139
		<b>48.851</b>	

(\*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

## e) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio propostos para exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 17 de abril de 2013	10/05/13	5.726	0,064
RCA (*) de 07 de agosto de 2013	28/08/13	5.726	0,064
RCA (*) de 23 de outubro de 2013	13/11/13	5.816	0,065
RCA (*) de 11 de dezembro de 2013	02/04/14	5.458	0,061
		<b>22.726</b>	

(\*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

## Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2013, representa:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Juros sobre capital próprio	4.639	5.206
Dividendos	12.436	12.162
Proventos de exercícios anteriores	806	765
<b>Total</b>	<b>17.881</b>	<b>18.133</b>

## f) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	102.254	113.004
Constituição de Reservas		
Legal	(5.113)	(5.650)
Estatutária	(5.113)	(5.650)
Subvenção de Investimento	(754)	(852)
<b>Retenção de lucros</b>	<b>(19.697)</b>	<b>(29.275)</b>
<b>Lucro disponível</b>	<b>71.577</b>	<b>71.577</b>
Dividendos propostos e pagos	48.851	47.509
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	22.726	24.068
<b>Total</b>	<b>71.577</b>	<b>71.577</b>
<b>Valor dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>23.007</b>	<b>25.426</b>

Em atendimento à Instrução Normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2014 a seguir.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2013, no montante de R\$ 19.697, totalizando em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 98.187 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

## g) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Projetos - 2014	
• Manutenção e atualização do parque industrial	R\$ 57.500
• Instalação de unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção	R\$ 40.000
• Investimento no segmento de louças sanitárias	R\$ 12.400
	<b>R\$ 109.900</b>

## h) Reserva legal

Em 2013, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.650 em 2012), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

## i) Reserva estatutária

Em 2013, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.650 em 2012). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

## 19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

## • Tégula

## a) Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

O Decreto Estadual nº 5.265 de 31 de Julho de 2000 criou o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, que para promover o desenvolvimento econômico daquele Estado, possibilita a concessão de incentivo ao contribuinte de ICMS mediante a redução do valor do ICMS a recolher em relação ao apurado.

Em 21 de maio de 2007, a Tégula Soluções para Telhados Ltda., outrora denominada Lafarge Roofing Brasil Ltda. pleiteou o direito à redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no Estado de Goiás.

O benefício foi concedido a partir de 28/12/2007, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, através de Termo de Acordo de Regime Especial 223/07 quando foi reconhecido à empresa Tégula Soluções para Telhados o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício de 2013 o valor do benefício totalizou R\$ 898 (R\$ 949 em 2012). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Além disso, o objetivo do PRODUZIR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

## b) Subvenção para investimento - Fundo Operação das empresas do estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS

A Lei nº 11.916 de 2000 criou o Fundo Operação das empresas do estado do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS que para promover o desenvolvimento econômico daquele estado, possibilita a concessão de incentivo ao contribuinte de ICMS mediante a redução do valor do ICMS a recolher em relação ao apurado.

Em 27 de maio de 2008, a Tégula Soluções para Telhados Ltda., outrora denominada Lafarge Roofing Brasil Ltda. pleiteou o direito à redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no estado do Rio Grande do Sul.

O benefício foi concedido a partir de 21/11/2008, pela Secretaria do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, através de Termo de Ajuste 016/2008 quando reconhecido à empresa Tégula Soluções para Telhados Ltda. o benefício fiscal de redução de ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Frederico Westphalen/RS, limitado ao valor mensal de R\$ 76 (R\$ 33 em 2012).

No exercício de 2013 o valor do benefício totalizou R\$ 76 (R\$ 33 em 2012). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FUNDOPEM/RS é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

## • Precon

## a) Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

Em 26 de janeiro de 1990 a Precon Goiás Industrial Ltda. pleiteou o direito ao benefício para a redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no estado de Goiás. O pleito foi concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás através do Termo de Acordo de Regime Especial 227/07 quando foi reconhecido à empresa Precon Goiás Industrial Ltda. o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 7.417 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2015.

No exercício de 2013 o valor do benefício totalizou R\$ 2.439 (R\$ 1.884 em 2012). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FOMENTAR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

## • Eternit

## a) Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

As normas tributárias brasileiras possibilitaram que as pessoas jurídicas titulares de empreendimentos, localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos atendendo as obrigações e condições constantes no anexo II.

O decreto nº 64.214 de 18 de março de 1969 que regulamenta dispositivos das Leis nº 4.239, de 27 de julho de 1963; nº 4.869, de dezembro de 1965 e nº 5.508, de 11 de outubro de 1968 referentes a incentivos fiscais e financeiros administrativos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Laudo Constitutivo dá direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. com fundamento na Medida Provisória 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196 de 2008, alterado pelo decreto nº 6.674 de 03 de dezembro de 2008 e, ainda em conformidade com os Regulamentos dos Incentivos Fiscais, aprovado pela Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007.

Em março de 2011, a Eternit S.A. obteve através do Laudo Constitutivo 0018/2011 o direito fiscal à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da região Nordeste, com prazo do benefício até o ano calendário 2020.

O objetivo deste benefício é a modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	99.734	114.774	142.229	157.802
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(33.910)	(39.023)	(48.357)	(53.653)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	25.930	31.053	(2.116)	(531)
Juros sobre o capital próprio	5.918	8.183	7.727	8.183
Doações e brindes	(158)	(235)	(904)	(2.919)
Tributos e multas indedutíveis	(28)	(25)	(152)	(197)
Incentivo Fiscal	51	94	714	1.061
Outras (adições) exclusões sobre diferenças temporárias	4.717	(1.817)	3.115	3.258
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>2.520</b>	<b>(1.770)</b>	<b>(39.973)</b>	<b>(44.798)</b>
Taxa Efetiva	2,5%	1,5%	28,1%	28,4%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/201			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2013, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. A ação referente ao estado do Rio de Janeiro foi julgada improcedente enquanto que a de Pernambuco procedente. Ambas estão pendentes de recurso, sendo que na ação civil pública do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal daquele Estado suspendeu o processo por entender que a matéria é de ordem constitucional devendo, portanto, ser apreciada após o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada Sama.

e) Em 9 de agosto de 2013, o Ministério Público do Trabalho no Estado de São Paulo ajuizou nova Ação Civil Pública (processo nº 0002106-72.2013.5.02.0009) contra a Companhia, na qual são discutidos os mesmos objetos da Ação Civil Pública, ajuizada em 2004. A ação foi distribuída à 9ª Vara do Trabalho de São Paulo. Embora os fatos e objeto das antiga e atual ações sejam idênticos, nesta atual ação existem alguns distintos pedidos, entre os quais o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente, em 4 de outubro de 2013, a ABREA também ingressou com uma Ação Civil Pública (processo nº 0002715-55.2013.5.02.0009) distribuída por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo, por tratar dos mesmos fatos questionados nas ações acima.

A Companhia interpôs no STF uma reclamação (RCL), autuada sob o nº 16.637, com vistas a discutir a competência para julgamento das ações. Em 13 de dezembro de 2013, o STF, por meio de seu relator, suspendeu, em caráter cautelar, as duas ações civis públicas citadas acima e que tramitam na Justiça do Trabalho de São Paulo (SP) contra a Eternit, bem como determinou a suspensão da eficácia das decisões já emanadas nos autos até o julgamento final da Reclamação nº 16.637, pelo STF.

Cumpra esclarecer que já havia sido ajuizada, em 2004, Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (processo nº 000.04.043.728-0), que versava sobre os mesmos fatos e com o mesmo objeto da ação acima citada, em relação à unidade de Osasco, cujas atividades encerraram-se em 1993.

A ação foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que por meio de seus julgadores consideraram que a Eternit cumpria rigorosamente a legislação referente à segurança e saúde dos funcionários, conforme determinado pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Em setembro de 2013, tornou definitiva a decisão favorável à Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 9.714 (R\$ 8.102 em 31 de dezembro de 2012), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Por outro lado, quando necessário, o Grupo efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

## 22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelo Grupo e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	3.017	2.829	3.864	3.542

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de vendas	684.554	631.126	1.219.671	1.159.627
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.438)	(3.515)	(3.602)	(3.583)
Impostos incidentes sobre as vendas	(172.591)	(157.689)	(258.768)	(249.727)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>508.525</b>	<b>469.922</b>	<b>957.301</b>	<b>906.317</b>

## 24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(372.752)	(331.498)	(575.877)	(509.603)
Despesas com vendas	(59.097)	(54.546)	(116.734)	(113.263)
Despesas gerais, administrativas e remuneração da Administração	(54.698)	(36.883)	(113.348)	(86.923)
	<b>(486.547)</b>	<b>(422.927)</b>	<b>(805.959)</b>	<b>(709.789)</b>
Matéria-prima consumida (-) Ajuste a valor presente	(259.318)	(232.084)	(394.780)	(357.100)
Despesas com pessoal e encargos	(102.467)	(75.579)	(152.017)	(125.697)
Materiais, energia elétrica e serviços	(40.185)	(35.824)	(68.112)	(48.830)
Despesas de vendas variáveis	(14.036)	(13.556)	(40.463)	(37.830)
Depreciação e amortização	(11.075)	(9.906)	(34.789)	(17.363)
Serviços de terceiros	(14.416)	(12.744)	(28.488)	(47.884)
Comissões sobre vendas	(11.094)	(9.587)	(19.886)	(19.839)
Contribuição para entidades de classe	(1.772)	(1.511)	(6.772)	(1.601)
Propaganda e publicidade	(8.187)	(7.698)	(10.238)	(9.810)
Impostos e taxas	(2.005)	(2.229)	(3.305)	(1.741)
Outras	(24.236)	(22.664)	(49.779)	(43.565)
	<b>(486.547)</b>	<b>(422.927)</b>	<b>(805.959)</b>	<b>(709.789)</b>

## 25. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas operacionais:				
Vendas bens de imobilizado	354	123	470	237
Receitas eventuais	2.324	2.406	5.179	4.433
Créditos extemporâneos	6.758	-	6.758	-
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	178	-	178	-
Aluguéis	-	-	3.042	2.234
Fundo FI - Previdência privada (i)	4.153	-	4.153	-
Outras	4	2	5	2
	<b>13.771</b>	<b>2.531</b>	<b>19.785</b>	<b>6.906</b>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.038)	(782)	(3.038)	(782)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.530)	(1.270)	(4.254)	(7.605)
Impostos sobre outras vendas	(427)	(148)	(1.150)	(777)
Garantia de qualidade	(615)	(546)	(776)	(758)
Substituição de produto avariado	(434)	-	(434)	-
Gastos de paradas excepcionais	-	-	(4.684)	-
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.173)	(955)	(1.518)	(1.164)
Custo da baixa do imobilizado	(289)	(94)	(325)	(348)
Outras	(1.972)	(1.578)	(5.477)	(3.695)
	<b>(10.478)</b>	<b>(5.373)</b>	<b>(21.656)</b>	<b>(15.129)</b>
	<b>3.293</b>	<b>(2.842)</b>	<b>(1.871)</b>	<b>(8.223)</b>

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	2.241	3.982	4.719	7.375
Descontos obtidos	395	190	524	270
Juros ativos	6.855	3.498	10.355	4.496
Variações monetárias ativas	726	736	759	761
Variações cambiais ativas	6.670	834	31.075	23.616
Outras receitas financeiras	-	256	103	2.488
	<b>16.887</b>	<b>9.496</b>	<b>47.535</b>	<b>39.006</b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(288)	(401)	(722)	(1.121)
Juros sobre mútuo	(2.183)	(2.129)	-	-
Juros passivos	(2.442)	(782)	(5.656)	(2.855)
Despesas bancárias	(986)	(570)	(1.255)	(890)
Descontos concedidos	(931)	(781)	(2.234)	(1.543)
IOF	(322)	(268)	(539)	(566)
PIS e COFINS - Juros s/ capital próprio	(491)	(801)	(491)	(801)
Variações cambiais passivas	(8.818)	(1.155)	(32.348)	(23.765)
Variações monetárias	(1.956)	(1.790)	(4.674)	(4.345)
Outras	(275)	(71)	(634)	(871)
	<b>(18.692)</b>	<b>(8.748)</b>	<b>(48.553)</b>	<b>(36.757)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.805)</b>	<b>748</b>	<b>(1.018)</b>	<b>2.249</b>

	Ativo Total	Passivo	31/12/2013					
			Receita Líquida	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	IRPJ/CSLL	
Fibrocimento								
	Sudeste	246.494	40.269	96.077	5.971	2.438	(247)	(188)
	Sul	59.274	47.950	127.387	8.329	4.020	(328)	(249)
	Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	17.395	2.284	(477)	(363)
	Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	5.512	1.673	(219)	(167)
		408.198	181.159	494.192	37.207	10.415	(1.271)	(967)
Mineral crisotila								
	Mercado local	252.140	89.294	157.479	82.484	17.913	905	(19.079)
	Mercado externo (*)	-	-	146.972	24.745	-	844	(17.806)
		252.140	89.294	304.451	107.229	17.913	1.749	(36.885)
Telhas de concreto								
	Mercado local	96.713	25.124	73.130	993	4.594	(1.830)	(1.445)
	Outros	76.581	31.926	85.528	(3.200)	1.867	334	(676)
		<b>833.632</b>	<b>327.503</b>	<b>957.301</b>	<b>142.229</b>	<b>34.789</b>	<b>(1.018)</b>	<b>(39.973)</b>

(\*) A Companhia não faz gestão segregada entre mercado local e mercado externo de ativos e passivos do mineral crisotila.

	Ativo Total	Passivo	31/12/2012					
			Receita Líquida	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	IRPJ/CSLL	
Fibrocimento								
	Sudeste	229.543	39.849	98.187	7.216	2.319	168	(1.116)
	Sul	51.727	45.911	111.831	8.272	3.840	191	(1.271)
	Centro-Oeste	64.816	54.212	172.346	18.210	1.959	295	(1.959)
	Norte e Nordeste	26.058	27.243	77.731	5.712	2.104	134	(883)
		372.144	167.215	460.095	39.410	10.222	788	(5.229)
Mineral crisotila								
	Mercado local	272.495	110.676	123.526	50.638	11.361	1.423	(16.398)
	Mercado externo (*)	-	-	170.869	61.670	-	1.968	(22.683)
		272.495	110.676	294.395	112.308	11.361	3.391	(39.081)
Telhas de concreto								
	Mercado local	98.921	26.955	75.674	3.540	5.372	(2.479)	771
	Outros	66.560	25.740	76.153	2.544	1.818	549	(1.259)
		<b>810.120</b>	<b>330.586</b>	<b>906.317</b>	<b>157.802</b>	<b>28.773</b>	<b>2.249</b>	<b>(44.798)</b>

(\*) A Companhia não faz gestão segregada entre mercado local e mercado externo de ativos e passivos do mineral crisotila.

## 28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2013, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 311.500

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 29.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mensurados ao valor justo				
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.516	3.852	13.295	16.656
Aplicações financeiras	9.897	48.612	35.661	78.930
Contas a receber mercado externo	-	-	55.521	61.228
	<b>19.413</b>	<b>52.464</b>	<b>104.477</b>	<b>156.814</b>
Mensurados ao custo amortizado				
Passivos Financeiros				
Fornecedores	22.444	30.417	39.293	48.968
Empréstimos e financiamentos	23.312	8.785	82.680	79.946
	<b>45.756</b>	<b>39.202</b>	<b>121.973</b>	<b>128.914</b>

## b) Hierarquia do valor justo

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde os dados que têm efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

A Companhia adotou a premissa com base na hierarquia que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

	Saldo (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2013	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD					1,17	1,76	2,93	3,51
Clientes mercado externo		USD	2,34	55.521	27.761	41.641	69.402	83.282
Fornecedores mercado externo		USD	2,34	(7.570)	(3.785)	(5.694)	(9.479)	(11.355)
ACE		USD	2,34	(39.955)	(19.978)	(29.967)	(49.944)	(59.933)
Financiamentos		USD	2,34	(24.020)	(12.010			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2013	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>8,23%</b>	<b>4,12%</b>	<b>6,17%</b>	<b>10,29%</b>	<b>12,35%</b>
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	2.196	2.376	2.286	2.331	2.421	2.467
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	35.661	38.596	37.129	37.862	39.330	40.063

**c) Risco de crédito****Contas a receber**

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendido que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2013 (1,5% em 31 de dezembro de 2012).

**Depósitos à vista e aplicações financeiras**

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

**d) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

**e) Gestão do capital**

O objetivo principal da Administração de capital do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Administração pode ajustar o capital do Grupo de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos

objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	23.312	8.785	82.680	79.946
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.516)	(3.852)	(13.295)	(16.656)
Dívida líquida	13.796	4.933	69.385	63.290
Patrimônio líquido	506.113	479.520	506.129	479.534
<b>Dívida líquida e patrimônio líquido</b>	<b>492.317</b>	<b>474.587</b>	<b>436.744</b>	<b>416.244</b>

**30. COMPROMISSOS E GARANTIAS**

O Grupo não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados a administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 1.272, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- A Companhia é avalista em R\$ 14.521 das operações de ACE da controlada SAMA, do montante de R\$ 39.955, conforme mencionado na nota explicativa 14, (f);
- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.770, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2015;
- Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 5.824, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2014;

(vi) Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.

**31. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS****Ambiente**

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89 são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada Sama segue o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, homologado e com cronograma para "remonte do site", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Sama está apta para extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2032, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de desconto	10% a.a.	7,54% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a.	5,2% a.a.
<b>Valor presente dos desembolsos esperados</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
2032	3.655	3.082
2033	3.137	2.645
2034	1.625	1.371
2035 a 2039	1.309	1.103
	<b>9.726</b>	<b>8.201</b>

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.525 (R\$ 1.497 em 31/12/2012), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

**Recursos minerais (não auditado)**

Os detalhes dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada Sama, são conforme segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Recursos minerais	8.171.458 t	8.462.643 t
Produção no exercício	291.186 t	304.568 t
Vida útil estimada da mina	19 anos	30 anos

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

SERGIO ALEXANDRE MELLEIRO  
Presidente do Conselho de Administração

BENEDITO CARLOS DIAS DA SILVA  
LÍRIO ALBINO PARISOTTO  
LUIZ BARSIL FILHO  
LUIS TEREPIINS  
MARCELO MUNHOZ AURICCHIO

**DIRETORIA**

NELSON PAZIKAS  
Presidente, Diretor de Relações com Investidores e  
Diretor Administrativo Financeiro

FLAVIO GRISI  
MARCELO FERREIRA VINHOLA  
ROGÉRIO RENNER DOS SANTOS  
RUBENS RELA FILHO

**CONSELHO FISCAL**

CHARLES RENÉ LEBARBENCHON  
Coordenador

EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO  
PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL

**CONTADOR**

RODRIGO LOPES DA LUZ  
CRC 1SP212660-O/3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes, EY, datado em 12 de março de 2014, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 12 de março de 2014.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Eternit S.A.**

São Paulo - SP

**Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para

planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Eternit S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, e empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado

do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21iii.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve as Ações Cíveis Públicas, processos números 0002106-72.2013.5.02.0009 e 0002715-55.2013.5.02.0009, ajuizadas, respectivamente em 09 de agosto de 2013 e 04 de outubro de 2013, pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo e pela ABREA contra a Companhia, nas quais são discutidas as condições do ambiente de trabalho na fábrica de Osasco, cujas atividades foram encerradas em 1993. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas Ações Cíveis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better  
working world

Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 12 de março de 2014.

Clinton L. Fernandes  
Contador CRC-1SP205541/O-2